

DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO: OUTROS APRENDIZADOS

ASSIS FELIPE MENIN

Licenciado em História pela Universidade Norte do Paraná e Mestrando em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Atualmente é vinculado ao Laboratório de Relações de Gênero e Família – LabGeF/UDESC. E-mail: a.f.menin@gmail.com

MISKOLCI, Richard; LEITE, Jorge Júnior (Org.). **Diferenças na Educação: outros aprendizados**. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2014. 253 p.

O livro “*Diferenças na Educação: Outros aprendizados*” é fruto de um curso sobre Gênero e Diversidade ofertado pela UFSCAR/SP para professores e professoras da educação básica, o livro trata de temas que são pertinentes a educadores e que historicamente vêm sendo ignorados pelas escolas brasileiras que são; as diferenças na escola, étnico-raciais, de gênero, sexuais e religiosas. A partir destes cinco temas diferentes autores com renomada experiência no assunto debatem o assunto a partir das dúvidas de professores e professoras sobre como tratar de determinado assunto na escola e em sala de aula. Um livro de fundamental importância para nós professores e professoras que enfrentamos todos os dias as diferenças e dilemas das crianças e jovens.

No primeiro capítulo Anna Paula Vencato analisa e expõe as *Diferenças* que são e foram construídas historicamente, e como se dão estes processos de diferenças que histórico-socialmente são vistos como fora do padrão, como o certo e o errado e que deve ser excluído ao invés de incluído, a autora trabalha com a diferença de uma forma que ela seja um meio de aprendizado, compreendida e respeitada. Ao ignorar em um currículo escolar assuntos que envolvem as diferenças como; sexualidades, gênero, religião e questões étnico-raciais é contribuir com a perpetuação histórica da exclusão e dos marcadores sociais da diferença vistos dessa forma como negativos. A diferença não pode ser transformada em desigualdade, tratando os indivíduos como iguais e ignorando as diferenças e suas especificidades, pois é justamente ao desconsiderar as diferenças e tratá-las como iguais que a escola está promovendo a desigualdade, que conseqüentemente ocasionam o não reconhecimento do ser diferente e que colabora historicamente com os processos de exclusão e discriminação, como o Bullying e todas as violências a sexualidade, religião, etnia-raça e gênero.

O segundo capítulo Tiago Duque trabalha com *Religiosidade e Educação Pública*, e a religião no Brasil deve ser tratada com respeito e principalmente com as crenças no

espaço escolar, o processo é parecido com os atos de julgar e criticar as diferenças religiosas a partir da experiência do ‘eu’ ou da ‘minha religião’ e de seus valores e supostas verdades que são contestadas a partir de seu grupo étnico-religioso. É discutindo a pluralidade religiosa no espaço escolar, que, não seja uma discussão etnocêntrica, vivendo uma diferença cultural religiosa aceita e respeitada. Duque sugere uma gama de exercícios e atividades para se trabalhar no contexto escolar sobre diferenças religiosas e a partir destas ideias (que não são receitas de bolo) criar um debate sobre laicidade e as diferentes religiões que estão presente na sociedade contemporânea e conseqüentemente no ambiente escolar.

No terceiro capítulo *Desfazendo o Gênero*, Larissa Pelúcio trabalha com a questão do gênero no espaço escolar e a construção do termo gênero na história e descortina várias problemáticas e questões para se trabalhar em contexto escolar. As indagações de Pelúcio fazem com que nós professor@s nos questionemos sobre nossas práticas diárias na escola e em sala de aula sobre as normativas binárias do feminino e masculino, a escola é um ambiente machista? Opressor? E intolerante com a questão de gênero? A autora vai além do binário e do desafio de desconstruir as marcas indentitárias do que é para menino e para menina que são historicamente e socialmente construídos, o gênero não é definido somente por uma genitália e sim por questões que bem argumentou Foucault por relações de poder, a autora questiona: “Será que somos 100% mulher e 100% homens?” (PELÚCIO, 2014, p. 117). Além disso, nos alerta para a construção do quê a mídia veicula e a partir disso debater em sala de aula questões sobre sexualidade, masculinidade e heteronormatividade padrões estes ideais de poder e consumo veiculados na grande mídia novelas, filmes e mídias sociais.

No quarto capítulo *Escola e sexualidade: uma visão crítica à normalização* que é apresentado por Eduardo Name Risk e Fernando de Figueiredo Balieiro, neste os autores buscam criticar e expor os motivos sobre o tabu da sexualidade na escola. Partindo do pressuposto que a sexualidade é algo da intimidade do indivíduo a escola participa da invisibilidade da questão da sexualidade na escola, o que por si só já gera uma discriminação que é velada, já que em muitas escolas é tabu falar em sexualidade, perpetuando estigmas, preconceitos e discriminações, o que acarreta de fato ao baixo rendimento escolar, frequência baixa e conseqüentemente à evasão escolar. A luta é que nas escolas a homossexualidade seja debatida e desconstruída dos padrões sociais,

estereotipações, concepções e legitimações sobre o poder da visão heteronormativa e a consequente, e a omissão da escola para com a diversidade sexual contribui, e muito, para estas violências.

Entender a sexualidade humana e trazer para escola essas diferenças, compreendê-las e respeitá-las, saindo do pressuposto de que a heterossexualidade é única forma natural e desejável, principalmente aquela estereotipada pela mídia, onde naturaliza a heterossexualidade e ironiza em programas de humor e novelas a homossexualidade, que acaba se tornando motivo de comparações nas escolas e consequentemente a violência do Bullying com o menino ou a menina que foge dos padrões aceitáveis da heterossexualidade. O que é intolerável em uma escola e a homofobia dos profissionais da educação, em uma pesquisa feita pela UNESCO em 2009 aponta que; “59,7% acha inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais” (BALIEIRO; RISK, 2014, p. 155), realmente é inadmissível que tenhamos em pleno século XXI profissionais da educação com este tipo de pensamento. Por fim a leitura desde capítulo ocasionou-me uma reflexão; Quais as possibilidades de integração e aceitação na escola de gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros se o currículo oculto da escola privilegia a heterossexualidade como a única forma correta de identificação?

O quinto e ultimo capítulo, *Pela desracialização da experiência: Discurso Nacional e educação para as relações étnico-raciais*, apresentado por Paulo Alberto dos Santos Vieira e Priscila Martins Medeiros, há uma busca para compreender os processos de racismo que têm origem na escola, mas também fora dela. O mito que se construiu historicamente de que o Brasil é um país miscigenado e por isso o termo ‘iguais’ e fortemente utilizado e ainda que vivemos boas relações étnico-raciais é uma falácia, toda essa construção tem sustentação na obra de Gilberto Freyre *Casa-Grande & Senzala* em que o autor relativiza e harmoniza as relações entre negros e brancos. Outra forma que a educação diferenciada recebida no Brasil é que as crianças negras sua escolarização era pautada no ensinamento do trabalho braçal e do campo.

Hoje temos discursos racializados pela televisão e mídias sociais; O que é ter uma boa aparência? O que é ter um bom cabelo? Quem é o bandido? Quem é a mulher negra no carnaval? Esses e outros são os discursos e os termos racializados midiaticamente veiculados e que buscam transformar características em ideais socialmente construídas e classifica o ser humano bonito/feio, bom/mal, certo/errado e ainda continuar criando

estereótipos de humor e de trabalho do negro em programas, um racismo que é velado, de fazer piadas racistas e se retirando da responsabilidade: “Afinal alguém já havia dito isso antes de mim, eu estou somente reproduzindo”, (MEDEIROS; VIANA, 2014, p. 236).

Diante disso, a lei 10.639 de 2003 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, deu origem ao um dossiê em 2013 que aponta que grande parte destas políticas não tem sido aplicada de forma linear, há um grande improviso quando a lei nas escolas falta investimentos e a formação continuada para profissionais da educação e as escolas que cultuam o mito da igualdade racial são as que têm os piores problemas quanto ao racismo e ao preconceito não somente a negros, mas indígenas, bolivianos e imigrantes.

A obra é de fundamental importância para profissionais da educação, ela esclarece dúvidas e prioriza a educação baseada nas diferenças e a partir dessas diferenças romper com os silêncios de escolas que são mentoras das opressões e violências, sejam essas violências de cunho religioso, étnico-racial, de gênero ou referente à sexualidade e a jamais compactuar (quem cala consente) com as violações dos direitos humanos. Vivemos em profundas mudanças na contemporaneidade, e é a partir desta profusão de diferenças que o/a professor/a torne o ambiente escolar um local mais democrático para as várias formas de se viver em sociedade.

Recebida em: 23.07.2015

Aceita em: 05.02.2016